

OS SERTÕES: UM TEXTO (DISCURSO) MARGINAL

Léa Costa Santana Dias

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

leasantana@ibest.com.br

leasantana@click21.com.br

Resumo:

Nessa comunicação, pretende-se apresentar *Os sertões*, de Euclides da Cunha, como um texto marcado por uma falsa aceitação do discurso europeu (racial e científico), encarregado de inculcar no Brasil, enquanto país mestiço, o sentimento de inferioridade perante o centro (a Europa). Acredita-se haver no livro um narrador desobediente, que faz brotar do seio da pseudociência na qual se apóia o desejo de superação, que também o é do autor – mestiço, interiorano, excluído da rua do Ouvidor, detentora do direito de discorrer sobre as coisas do Brasil. Vista a partir dessa perspectiva, a fala de Euclides se transforma numa voz desmascaradora, que rompe com o discurso pronto e instaura um outro, agressivo, denunciador. A aparente concordância com o já dito (considerado científico) é ruptura. Por meio dela, o autor faz o texto de pretensão histórico-científica ser suplantado pelo para-texto (discurso marginal, não autorizado), que o acompanha durante toda a narrativa – processo que transforma *Os sertões* num símbolo da resistência nacional.

Palavras-chave: Euclides da Cunha, *Os sertões*, texto (discurso) marginal.

Há, na tradição bíblica, uma história que se parece propor (ou assim foi interpretada) a explicar a origem da instituição do cativo. Eis a história: Certo dia, Noé se embebedou com vinho e ficou nu em sua tenda. Ao ver a nudez de Noé, Cão, o pai de Canaã, a expôs aos seus irmãos mais velhos – Sem e Jafé. Estes, envergonhados, puseram uma capa sobre seus ombros e, virados para trás, de modo a não poderem ver o pai, cobriram-lhe a nudez. Recuperado da embriaguez, Noé revoltou-se contra a *rebeldia* do filho mais novo e proferiu uma maldição sobre sua descendência: “Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus



irmãos. / E disse: Bendito seja o Senhor Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. / Alargue Deus a Jafé, e habite nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo” (Gênesis 9: 25-27).

Segundo Alfredo Bosi, os descendentes de Cão seriam os africanos descritos no Velho Testamento – os povos da Etiópia, Arábia do Sul, Núbia, Tripolitânia e Somália – e algumas tribos que habitavam a Palestina antes que os hebreus *recebessem* de Iahweh o direito de escravizá-las (Bosi, 2001: 257). Contudo, com o decorrer do tempo, passou-se a atribuir a maldição de Cão a todos os povos africanos (Idem, p. 258). A história bíblica, embora localizada e bastante particular, adquiriu importância crucial na história da cultura ocidental. Conforme destacou Alfredo Bosi,

a referência à sina de Cam circulou reiteradamente nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a teologia católica ou protestante se viu confrontada com a generalização do trabalho forçado nas economias coloniais. O velho mito serviu então ao novo pensamento mercantil, que o alegava para justificar o tráfico negreiro, e ao discurso salvacionista, que via na escravidão um meio de catequizar populações antes entregues ao fetichismo ou ao domínio do Islão. Mercadores e ideólogos religiosos do sistema conceberam o pecado de Cam e a sua punição como o evento fundador de uma situação imutável (Idem, p. 258).

Quando se passou a extinguir o trabalho escravo, a situação dos africanos pareceu se estar alterando – algo que contrariava a história bíblica, uma vez que esta não previra nenhuma redenção para os supostos descendentes de Cão. Nesse mesmo período, no entanto, começaram a circular algumas teorias científicas que acabaram servindo de sustentáculo para a crença na impossibilidade de os povos não brancos atingirem a civilização. O auge do racismo de pretensão científica ocorreu durante o século XIX, quando as teorias desenvolvidas pelas ciências naturais passaram a ser aplicadas ao estudo das sociedades humanas (Schwarcz, 2002: 56) – muitas vezes, com subversão das teses originais, como ocorreu, por exemplo, com a *Histoire naturelle*, de Buffon, e *A origem das espécies*, de Charles Darwin. Em sua tese, Buffon discutiu os efeitos do cruzamento entre o cavalo e o asno, concluindo que a hibridação entre animais de raças distintas traria como



conseqüência a esterilidade. Segundo o pesquisador, essa degeneração atingiria somente os animais, principalmente os domésticos e algumas espécies na América do Sul. Apesar dessa restrição, alguns teóricos aplicaram o conceito de degeneração de Buffon aos estudos sobre o gênero humano, entendendo que assim como a junção entre o cavalo e o asno trouxe como conseqüência o surgimento de um elemento estéril – o mulo –, o mesmo poderia acontecer com o mulato – fruto da mestiçagem entre o branco e o negro (Ventura, 2000: 57-8). Os conceitos de “evolução”, “seleção do mais forte” e “competição”, desenvolvidos por Darwin, também sofreram alterações ao serem aplicados ao estudo das sociedades humanas (Schwarcz, 2002: 56). Apesar de sua pesquisa sobre a hibridação dos milhos ter apontado o produto híbrido como mais resistente do que o puro (Idem, p. 257), os darwinistas sociais subverteram as conclusões originais, associando à hibridação racial a suposta degeneração social de alguns povos (Idem, p. 57).

Sobretudo nas três últimas décadas do século XIX, as teorias das desigualdades raciais, já em descrédito no cenário europeu, onde foram engendradas, influenciaram muitos intelectuais brasileiros. Por sua vez, ao serem transplantadas para o Brasil, tais teorias receberam novas colorações, ajustando-se aos interesses políticos e culturais dos grupos letrados nacionais, preocupados em articular os modelos europeus à realidade local e, sobretudo, comprometidos com o ideal de modernidade norteador do pensamento e da cultura ocidental. Em virtude disso, surgiram no país novas ideologias, como a teoria da miscigenação, proposta por Euclides da Cunha, em *Os sertões* (Ventura, 2000: 58-61).

Como a maioria dos intelectuais do século XIX, Euclides apontou os prejuízos do cruzamento entre os povos e considerou a miscigenação sinônimo de degeneração social (Idem, p. 61). Suas conclusões punham o Brasil numa posição de inferioridade perante os países europeus, formados por grupos étnicos supostamente homogêneos¹. Para tentar revertê-la, o autor elegeu o sertanejo do Norte como o povo capaz de formar no futuro uma nação sólida, coesa, em condições de civilizar-se. Segundo sua tese, este grupo étnico teria vivido isolado dos demais, recebendo a influência de poucas misturas. Diante disso, não poderia ter “o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (Cunha, 2001a: 207), nem teria sofrido as agruras de uma “adaptação penosíssima a um estádio social



superior”, que inevitavelmente o teria levado a descambar “para as aberrações e vícios dos meios adiantados” (Idem, p. 203). Insulado no sertão, o sertanejo é “um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo” (Idem, p. 203).

Ao estabelecer distinções entre os mestiços litorâneos e sertanejos, Euclides se propôs, pretensamente sob o aval da autoridade científica, a retirar o sertanejo da condição de degenerado, a que estaria estigmatizado pelo fato de ser um mestiço, e *elevá-lo* à categoria de retrógrado, pronto para ser incorporado à civilização. Sua predileção pelo sertanejo está pautada numa ideologia que remonta às origens dos grupos étnicos de maior predominância na formação da população sertaneja – os brancos e os indígenas. Nesses dois grupos haveria alguns aspectos capazes de conceder uma certa nobreza à nação brasileira, que se formaria no futuro, quando as “raças fortes” (os brancos) esmagassem as “raças fracas” (os negros e os indígenas). Influenciado, em certo sentido, por uma concepção ainda romântica acerca do índio, segundo a qual este seria o símbolo da identidade nacional, Euclides entendia-o como um elemento redimível, cujos caracteres tenderiam a desaparecer após cruzamentos sucessivos com a raça branca, etnicamente *superior* às demais. Quanto aos brancos, teriam sido originados dos bandeirantes paulistas – “os destemidos desbravadores do sertão”, representantes de um passado glorioso e digno.

Há imbutida na tese euclidiana uma hierarquização preconceituosa entre os mestiços. Os litorâneos foram considerados inferiores por apresentarem em sua constituição a predominância de dois elementos alienígenas: os negros e os brancos. Estes, apesar de *superiores* às outras raças, viviam em desvantagem por não estarem arraigados à terra na qual possuíam suas origens. Aqueles, além de estarem desarraigados da terra de onde foram originados, traziam sobre si mesmos a insígnia de *raça inferior*, que não só *justificava* como também *legalizava* a condição de cativos que lhes fora imposta pelos povos brancos. Quanto aos sertanejos do Norte, predominantemente mestiços de brancos e índios, era-lhes concedido uma “posição de superioridade”: por serem formados por um elemento supostamente autóctone, seriam o tipo humano mais apropriado à adaptação em terras



brasileiras – algo essencial numa obra fundamentada na tríade “raça”, “meio” e “momento”, de Hippolyte Taine.

Para dar legitimidade científica à sua crença no autoctonismo dos povos americanos, Euclides fundamentou-se nos trabalhos de Wilhelm Lund, Morton, Frederick Hartt, Meyer, Trajano de Moura, Nott e Gliddon (Cunha, 2001a: 152; Oliveira, 1983: 35). No entanto, antes da publicação de *Os sertões*, já havia estudos que defendiam a aloctonia do homem americano, como, por exemplo, *Brasil e Oceania*, de Gonçalves Dias, publicado em 1853 – considerado por Euclides como um conjunto de “devaneios a que nem faltam a metrificação e as rimas” (Cunha, 2001a: 156). As próprias descobertas paleontológicas de Wilhelm Lund, em Lagoa Santa, Minas Gerais, contribuíram para invalidar a tese da autoctonia. Sendo assim, a escolha de Euclides parece tratar-se de uma estratégia narrativa com o objetivo de fortalecer as inter-relações entre a terra e o homem sertanejos, e não um simples engano científico ou desconhecimento do tema.

A tese do insulamento tem a pretensão de dar ao sertanejo a aparência de homogeneidade étnica – algo inexistente no interior de Canudos, formada por diversos fenótipos, como em outras partes do Brasil. Inclusive, havia na comunidade um número significativo de negros, elementos predominantes na formação dos mestiços do litoral. Segundo Robert Levine, Belo Monte chegou a ser considerada uma comunidade de maioria escura, “um refúgio para escravos fugitivos”, o “último quilombo brasileiro”. Algumas pessoas, a exemplo do fazendeiro Antero de Cerqueira Galho, chegaram a referir-se aos moradores de Canudos como “o povo do 13 de maio”. É claro que há uma intenção satírica nas palavras do fazendeiro, com o propósito de menosprezar a comunidade; mas, de fato, muitos dos seus moradores eram descendentes de escravos africanos, atraídos por Antônio Conselheiro, que considerava a escravidão um regime abominável (Levine, 1995: 231-3). Em alguns momentos da narrativa, o próprio Euclides foi levado pela “objetividade historiográfica” a atestar a presença de negros em Canudos. Porém, ao descrever o heroísmo de um prisioneiro negro, o fez com uma ressalva: tratava-se de “um dos raros negros que ali havia” (Cunha, 2001a: 731). A presença de índios puros em Canudos



também foi escamoteada. Estes, apesar de serem formadores dos sertanejos do Norte, não se adequavam à sua tese de homogeneidade étnica do povo sertanejo (Zilly, 1999: 28).

A hibridez étnica da cidadela de Canudos, facilmente comprovável, certamente não passou despercebida pelo olhar de “historiador honesto” do qual Euclides se considerava um portador. Ao optar pela homogeneidade, o autor o fez para adequar a realidade do país aos modelos raciais europeus, criando, a partir disso, uma teoria para problematizar a inserção do Brasil na modernidade. Desse esforço, surgiu uma das mais complexas antinomias euclidianas: o escritor que afirmou que “não temos unidade de raça” (Idem, p. 156) é o mesmo que, páginas adiante, assegurou que o sertanejo é “o cerne de uma nacionalidade”, “a rocha viva da nossa raça” (Idem, p. 766).

Por ter vivido longe da influência maléfica da mestiçagem extremada, o sertanejo do Norte seria o grupo étnico com melhores condições de romper seu estado de atraso e barbárie e dar origem a um novo povo, capaz de fazer o Brasil figurar ao lado das nações modernas e civilizadas. Entusiasmado com a ciência, o progresso e a modernidade, Euclides chegou a interpretar o massacre cometido contra Canudos como um acontecimento sintomático do avanço civilizatório: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (Cunha, 2001b: 66).

A função desse *avanço civilizatório*, portanto, seria “trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários” (Cunha, 2001a: 682). Contudo, assim que a civilização avançasse nos sertões, os sertanejos se tornariam mais vulneráveis aos efeitos da “cultura de empréstimo” (Idem, p. 203), que vitimara os “mestiços neurastênicos do litoral” (Idem, p. 207). Em virtude disso, “a rocha viva da nossa raça” (Idem, p. 766) estaria sujeita a uma maior miscigenação racial, tornando a utopia de “unidade de raça” (Idem, p. 156) cada vez mais distante. Inevitável a influência estrangeira, não se podia mais pensar a nação a partir dos conceitos de unidade e pureza racial. A partir da dinâmica da reciprocidade, e não a partir do insulamento do sertanejo ou de qualquer



outro grupo, é que se construiriam as condições para a formação da nação do futuro. O outro não podia ser mais ignorado. Precisava ser assimilado.

Por sua vez, o encontro entre o nacional e o estrangeiro não se daria passivamente. Deflagrado o confronto – em suma, reflexo e extensão de um outro, entre centro e periferia –, exigia-se do país uma atitude de combate à civilização de empréstimo e um voltar-se para a nossa própria brasilidade, para os valores autênticos e nacionais, a serem encontrados, preferencialmente, no interior. A essa missão se propôs a narrativa de *Os sertões*. Fruto do conflito entre o ideal (o insulamento como instrumento capaz de fazer o Brasil ingressar na modernidade) e o não apenas possível, mas inevitável (o ingresso na modernidade a partir da assimilação do elemento externo, ou seja, a partir da assimilação dos valores considerados civilizados que adentrariam nos sertões impulsionados pela “força motriz da história”), surgiu a proposta para a elaboração do livro: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. / E foi, na significação integral da palavra, um crime. / Denunciemo-lo” (Cunha, 2001b: 67). Para fazê-lo, Euclides deu vazão a um processo de falsa aceitação² do discurso racial e científico encarregado de inculcar no país mestiço o sentimento de inferioridade perante o centro. Como narrador desobediente, fez brotar do seio dessa pseudociência na qual se apoiava o desejo de superação, que também o era do autor – mestiço, interiorano, excluído da rua do Ouvidor, detentora do direito de discorrer sobre as coisas do Brasil. Sua fala, portanto, é uma voz desmascaradora, que rompe com o discurso pronto e instaura um outro, agressivo, denunciador. A aparente concordância com o já dito (considerado científico) é ruptura. Nas páginas finais de *Os sertões*, nas quais se convida o leitor a fechá-lo (Cunha, 2001a: 778), é que a denúncia se completa – ao crime (a barbárie cometida pelos soldados republicanos) e ao discurso que o autorizou (os modelos civilizatórios transplantados do centro à periferia). Simbolicamente liberto das amarras textuais que lhe exigiam a posição de homem culto comprometido com a modernização do país, Euclides pôde confessar a “fragilidade da palavra humana” (Idem, p. 779) – em essência, metáfora para o reconhecimento da fragilidade da prática científica. Em absoluto e eloqüente silêncio, o texto de pretensão histórico-científica deparou-se com o para-texto (discurso marginal, não autorizado), que o acompanhou durante toda a narrativa, e se viu



definitivamente suplantado pelas duas últimas linhas do livro: “É que ainda não existe um Maudsley³ para as loucuras e os crimes das nacionalidades” (Idem, p. 781).

Ao ganhar essa dimensão, o livro que surgiu com o propósito de ser um estudo histórico-científico das particularidades que tornaram inevitável a derrota do povo sertanejo, converteu-se, logo após o lançamento, em virtude da intensidade verbal com a qual foi escrito, em documento de denúncia da barbárie cometida no sertão baiano. Algo que não pode ser confundido com defesa do sertanejo; afinal, não existe, em nenhum momento da narrativa de *Os sertões*, a intenção de defendê-lo. Conforme enfatizou Euclides, seu livro “não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque” (Cunha, 2001c: 784). Sem dúvida, um ataque às ações dos “singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticuezas” (Idem, p. 784). Mas, ao mesmo tempo, um ataque ao *atraso* dos nossos “rudes patrícios retardatários” (Cunha, 2001a: 502), que se encontravam três séculos distantes da *civilização* (Idem, p. 317). Por isso, no sangrento *espetáculo* de Canudos, onde não foram poupadas crianças, mulheres, idosos e mutilados, ainda se propagou, em meio à fumarada negra das ruínas, a crença na civilização e no progresso. Segundo o autor do libelo vingador,

decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a se combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários (Idem, p. 682).

E como essa *incorporação* traria como conseqüência o desaparecimento/esmagamento do povo capaz de formar o brasileiro dos tempos vindouros, a própria idéia de futuro só poderia vir representada por uma imagem monstruosa – uma criança com o rosto mutilado:



E essa criança horrorizava. A sua face esquerda fora arrancada, havia tempos, por um estilhaço de granada; de sorte que os ossos dos maxilares se destacavam alvíssimos, entre os bordos vermelhos da ferida já cicatrizada... A face direita sorria. E era apavorante aquele riso incompleto e dolorosíssimo aformoseando uma face e extinguindo-se repentinamente na outra, no vácuo de um gilvaz (Idem, p. 775).

Este era o símbolo maior das dicotomias do país. Em uma face, havia o sorriso; na outra, a chaga. De um lado, a suposta barbárie, que nada mais era que um agrupamento de pessoas lutando pela sobrevivência, resistindo até à morte em defesa do território invadido; do outro, a *civilização*, cujos representantes, ao ignorarem sua própria condição de marginalizados sociais, cometeram uma das maiores barbáries da nossa História. De um lado, a certeza da vitória; do outro, mulheres torturadas pela derrota, “precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos” (Idem, p. 779). De um lado, cinco mil soldados; de outro, quatro defensores solitários: um velho, dois homens e uma criança. De um lado, o hasteamento da bandeira nacional em meio à praça vencida e os brados em comemoração à vitória; do outro, casebres em ruínas, fogo, destruição e morte. No sorriso, a ironia. Na chaga, a vingança. No rosto incompleto, o protesto silencioso, a vergonha, a ferida encravada na alma nacional. A criança era monstruosa, mas, por ser, em essência, símbolo do futuro, produzia a esperança. A incompletude de seu rosto funciona, portanto, como uma metáfora para a nossa situação de país periférico, onde sempre há a esperança de que possa ser superada a crise nacional, marcada pelo conflito entre a crença no progresso, na modernização, na industrialização, e a decepção com suas conseqüências e/ou com as concessões que precisam ser feitas para que consigamos alcançá-los.

Notas

1. É bastante discutível o conceito de “homogeneidade étnica” dos povos europeus. Em “O que é uma nação?” (1844), Renan apontou o caráter híbrido das primeiras nações da Europa, enfatizando que diversos povos contribuíram para a formação das nações européias: na França, elementos célticos, ibéricos e germânicos; na Alemanha, germânicos,



célticos e eslavos; nas ilhas britânicas, celtas e germânicos; na Itália, gauleses, etruscos, pelágios, gregos e outros (Renan, 1997: 19).

2. Para uma melhor apreensão do conceito de “falsa aceitação”, recomenda-se a leitura de “O entre-lugar do discurso latino-americano”, de Silviano Santiago.

3. O inglês Henry Maudsley (1835-1918) foi um médico alienista, professor de Medicina Legal em Londres. Dentre as várias obras que escreveu, destaca-se *O crime e a loucura*.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. Sob o signo de Cam. *Dialética da colonização*. 4. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 246-72.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 2. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001a. 928p. (Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci).

CUNHA, Euclides da. Nota preliminar. *Os sertões*. 2. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001b. p. 65-7. (Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci).

CUNHA, Euclides da. Notas à 2ª edição. *Os sertões*. 2. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001c. p. 783-92. (Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci).

DIAS, Léa Costa Santana. Ciência e arte: imagens que se complementam na construção de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. *Portal do São Francisco*; Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CESVASF, Belém do São Francisco, ano 3, nº 3, p. 139-61, dez., 2004.

DIAS, Léa Costa Santana. *O (des)tecer de enredos: uma leitura d’Os sertões, de Euclides da Cunha*. 2003. 134f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.



DIAS, Léa Costa Santana. Poesia e reconstrução no percurso discursivo de *Os sertões*. *Revista Canudos*. Salvador, UNEB / CEEC, ano 7, nº 6/7, p. 135-144, jan./dez., 2002.

DIAS, Léa Costa Santana. Viagens e pontes, fendas e fraturas: perspectivas d'*Os sertões*, de Euclides da Cunha. *Tribuna Feirense*, Feira de Santana, Cad. Cultural, p. 6, Col. 1-6, sexta-feira, 01 de dezembro de 2002.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido*; o massacre de Canudos no nordeste brasileiro. São Paulo: EDUSP, 1995. 400p.

MOISÉS. Gênesis. In: *Bíblia sagrada*. 75. ed., Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1991. (Trad. João Ferreira de Almeida).

OLIVEIRA, Franklin de. *Euclides: a espada e a letra*; uma biografia intelectual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 147p. (Coleção Literatura e Teoria Literária).

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 12-43.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. *Uma literatura nos trópicos*; ensaios sobre dependência cultural. 2. ed., Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 09-26.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. *O espetáculo das raças*; cientistas, instituições e questões raciais no Brasil – 1870-1930. 4. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 288p.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*; história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 208p.

ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e sociais / Departamento em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade / Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, número 12, p. 05-45, abril de 1999.

